Entrevista: Paulo Markun, jornalista e escritor

Na manhã de 14 de setembro de 2017, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, foi preso junto com outros seis professores universitários em um inquérito que a Polícia Federal apelidou de "ouvidos moucos". A ação envolveu 105 policiais federais, delegados e escrivães que, além das prisões, cumpriram 16 mandados de busca e apreensão e cinco de condução coercitiva. Mais de 120 servidores públicos, a maioria vinda de outros estados, acionados para mais uma

A imprensa já estava informada. No Facebook, o perfil da PF anunciava o bote dado para, supostamente, "desarticular organização criminosa que desviou recursos para cursos de Educação à Distância (EaD) da UFSC". A ilustração era uma foto de um homem de costas, tapando os ouvidos com os indicadores. O título, com direito a *hashtag*, cravava: "#OpOuvidosMoucos combate desvio de mais de R$ 80 mi de recursos p/ EaD".

Solto no dia seguinte, Cancellier foi proibido de frequentar a universidade. Voltou ao campus só 19 dias depois, em um caixão. Para ser velado e homenageado depois de se jogar do sétimo andar do Beiramar Shopping, em Florianópolis. No dia em que se matou, vestia uma camiseta da UFSC e trazia no bolso um bilhete: "A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!"

O ato extremo colocou em xeque um método de investigação que havia se tornado praxe no Brasil: prende-se e humilha-se primeiro; ouve-se depois. Sob aplausos acríticos da maior parte da imprensa brasileira, era esse o *modus operandi* da comemorada "lava jato", replicado na investigação sobre supostos desvios de dinheiro público na UFSC.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

As acusações feitas faziam algum sentido? Era realmente necessário o espetáculo feito, com elevado gasto de recursos públicos e agentes armados até os dentes, para prender sete professores universitários sem nenhum histórico de violência e que sequer haviam sido chamados para depor antes da prisão? O que levou o ex-reitor ao suicídio? É possível recuperar a imagem após ser exposto à opinião pública como suspeito de chefiar uma quadrilha que desviou R$ 80 milhões de dinheiro público da educação?

Respostas para a maior parte dessas questões estão no livro *Recurso Final: A investigação da Polícia Federal que levou ao suicídio de um reitor em Santa Catarina*, escrito pelo jornalista **Paulo Markun** e lançado em outubro pela editora Objetiva. Autor de mais de 15 livros — entre eles, *Anita Garibalbi, uma heroína brasileira* e *Meu Querido Vlado: A história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração* — Markun estudou, por dois anos, mais de 20 mil páginas de documentos e entrevistou mais de 50 pessoas para contar a história da ação que levou Cancellier a desistir da vida.

O resultado é uma rica reportagem de quase 300 páginas que, sob o pretexto de contar a história do suicídio de um homem acusado injustamente de quadrilheiro, expõe com riqueza de detalhes a face opressora de um Estado policial em que rusgas pessoais criadas por pequenas querelas universitárias são capazes de alimentar a máquina persecutória penal e o imaginário popular que alça à condição de heróis agentes públicos cujo trabalho não combina com as luzes de holofotes.

Já no começo do livro, Markun descreve o que sobrou da acusação de desvio de mais R$ 80 milhões: uma fração de 3% do montante alardeado. Ou seja, as cifras reais do possível desvio não somavam R$ 2,5 milhões. Ainda assim, a maior parte desse dinheiro, como se depreende do livro, pode simplesmente não ser desvio, mas falhas administrativas na prestação de contas. "Mais: apenas 8% desse novo montante tinha sido pago na gestão de Cancellier."

Talvez isso explique o fato de a publicação da Polícia Federal no Facebook, que cravava o desvio de mais de R$ 80 milhões, ter sido apagada pouco tempo depois. "Duas semanas mais tarde, quando o exagero da cifra passou a ser apontado publicamente, o post foi substituído por outro, anódino, que não mencionava valor nenhum", descreve o autor.

Em entrevista ao site **Consultor Jurídico**, Paulo Markun conta como surgiu a ideia de investigar o caso e o compara, sob alguns ângulos e guardadas as devidas proporções, ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Fez essa comparação quando questionado sobre o fato de — apesar da clareza do erro na acusação e na condução do caso contra o reitor — nenhuma das autoridades envolvidas ter a decência de pedir desculpas e reconhecer a lambança. Os heróis da Justiça e da Polícia são incapazes de gestos de empatia quando flagrados em erros.

Na conversa com o site, o jornalista não poupou a imprensa e reconheceu até em si mesmo o efeito do mito criado em torno da luta contra a corrupção. "No dia em que recebi a notícia, pela internet, pela imprensa, a primeira reação que eu tive foi pensar: 'Caramba, como é possível a corrupção ter chegado a esse nível no Brasil, em que um reitor rouba R$ 80 milhões'. Em nenhum momento, tenho de confessar, eu coloquei em dúvida a informação. Depois, o suicídio do reitor é que colocou em dúvida a informação para milhões de brasileiros e para os jornalistas."

Para Markun, o relacionamento de jornalistas com autoridades tem de ser mais profissional e crítico em

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

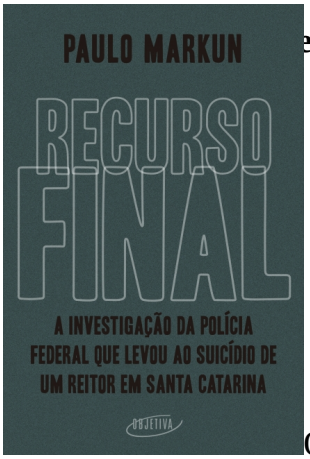
relação às informações que são passadas pelos canais oficiais às redações. O escritor tem um olhar especialmente atento para o fenômeno do espetáculo do combate à corrupção.

"O filme *A Lei é para Todos*, que apresenta a história da 'lava jato', foi um sucesso de audiência. Os policiais, os juízes envolvidos, que apareceram no lançamento, protagonizavam ao lado dos atores como se fossem personagens de Hollywood. Isso não é bom para a Justiça, não é bom pra polícia, não é bom pra sociedade. E nós, jornalistas, ajudamos a fabricar isso, consciente ou inconscientemente. Eu acho que mais conscientemente do que deveríamos", analisa o autor.

Paulo Markun foge de generalizações. Faz questão de ressaltar que nenhuma instituição é daninha de cabo a rabo: "A PF tem grandes méritos, assim como o Ministério Público. Os instrumentos de controle, que cresceram no governo Lula, registre-se, como a CGU, por exemplo. A universidade também não é um antro de maconheiros e malucos que se apresenta, ou de santos e anjos. A imprensa, idem. E assim por diante, a política."

O livro reproduz cenas que tornam palpáveis certos abusos cometidos nos espetáculos policiais. Como a de um agente da PF que invade o apartamento de um professor com a arma em punho e a aponta para o filho do docente, um rapaz de 17 anos que tomava café da manhã antes de sair para o cursinho. A submissão de professores a revista íntima, as algemas, a espera pelo destino em uma jaula ou o périplo dos parentes no supermercado atrás da "pasta de dente dos presos", transparente, a única permitida pelo sistema prisional.

Sem o suicídio de Cancellier, talvez não se começasse a discutir os métodos dos shows midiáticos de juízes, procuradores e policiais. Mas o fato de, aparentemente, pouca coisa ter mudado e de não se enxergar qualquer autocrítica das autoridades sobre o episódio faz com que a morte de Cancellier tenha sido em vão? "Toda morte que não é natural é em vão. Melhor seria que ele estivesse aí respondendo as acusações, limpando seu nome", afirma Paulo Markun.



em vídeo.

O livro

Recurso Final: A investigação da Polícia Federal que levou ao suicídio de um reitor em Santa Catarina
Autor: Paulo Markun
Editora: Objetiva
Páginas: 296
Preço: R$ 79,90

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Date Created
02/11/2021

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.